



Anais da Assembléia

N. 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 97.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Antônio Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (56) Achando-se em licença os Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Roberto Requião (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
AO PROJETO DE LEI N. 159/85

Artigo Único - O artigo 94 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte redação:

“Art. 94 - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de 27 (vinte e sete) Desembargadores, cujo número, mediante proposta do Tribunal, poderá ser alterado por Lei”.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: Dirceu Manfrinato, Tuguio Setogutte, Jorge Maia Filho, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Tadeu França, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Acir Mezzadri, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Augusto Carneiro, Sabino Campos, Nestor Baptista, Gilberto Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira e Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, atendendo proposta formulada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, através do Ofício n. 220, de 22 de julho do corrente ano, encaminhou a

esta Casa a Mensagem n. 184/85, datada de 26 de setembro do corrente ano.

O Anteprojeto de Lei que acompanha a referida Mensagem, objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08.01.80 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), dispõe que o Egrégio Tribunal de Justiça será composto de 27 (vinte e sete) Desembargadores.

Assim, torna-se necessária a adequação do texto do artigo 94 da Constituição do Estado, onde consta que aquele Tribunal é composto de 26 (vinte e seis) Desembargadores.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 184/85, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, ate o valor de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 218/85, que dispõe sobre a criação do Parque Estadual Papa João Paulo II e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 241/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 173/85, que versa sobre o Anteprojeto de Lei Complementar e que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 237/85, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 176/85, objetivando criar mais seis (6) cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário,

REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 242/85, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 177/85, que objetiva acrescentar parágrafo 3º ao artigo 49, da Lei n. 5.849, de 25.09.68 (Estatuto do Ministério Público do Paraná).

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 212/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar até o valor de Cr\$42.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR, destinados a cobrir despesas que especifica.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração nos Anais, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Alifranci Celestino da Silva, ocorrido no dia 10 do corrente mês, na cidade de São José dos Pinhais, neste Estado.

O Senhor Alifranci Celestino da Silva, nascido em 29 de junho de 1955, era casado com a Senhora Iris Maria Magno Celestino da Silva e pai de uma filha, Adriane Celestino da Silva.

Jovem ainda, o extinto ocupava alto cargo na Caixa Econômica Federal, onde gerenciava o Núcleo da Agência de São José dos Pinhais, com um elevado espírito público, além de demonstrar capacidade no que fazia, tratava os clientes com muito carinho e presteza e fazia daquela agência um orgulho dos moradores do Município.

Vítima de lamentável acidente automobilístico, o jovem deixou nosso convívio, fato que consternou toda a população de São José dos Pinhais, que o estimava e via em si um futuro muito promissor.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada na pessoa da Senhora Iris Maria Magno Celestino da Silva, através da Agência da Caixa Econômica Federal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Afonso Waldemar Barra Filho, ocorrido nesta Capital no dia 18 próximo passado.

Homem generoso e trabalhador, o Senhor Afonso Waldemar exercia o cargo de assessor da 2ª Delegacia da Receita do Estado, sendo certamente seus valores profissionais e pessoais sempre lembrados e enaltecidos em sua memória.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada, à Rua Alcides Munhoz, n. 1058.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de congratulações pela instalação da Câmara de Comércio Árabe do Paraná, entidade que virá estreitar ainda mais os laços culturais e comerciais entre o Brasil e os Países Árabes, bem como elevar as aspirações do empresariado paranaense que estará enriquecendo sobremaneira pela colaboração que essa instituição lhe prestará.

REQUER também, seja dado ciência desta decisão à entidade, através expediente remetido à pessoa de seu Diretor Regional, doutor Kamal David Curi, na Avenida Cândido de Abreu, n. 200, 5º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes contendo votos de congratulações aos Grupos Santana de Alcoólicos Anônimos, AL-ANON e ALATEEN de Guarapuava, pela passagem do 4º aniversário de sua fundação naquele município.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 10 de junho de 1935, por Bil e Bob, os dois amigos que se reuniam constantemente para trocar idéias sobre suas experiências de alcoólatras, e isto só acontecia quando saíam de seus longos internamentos para recuperação, começaram então a se reunir com outros alcoólatras e desta forma perceberam que somente com a troca de experiências podiam dominar a vontade constante de beber.

Talvez nunca pudessem imaginar que daquela forma de reunião pudesse surgir um movimento como Alcoólicos Anônimos, e que este movimento pudesse em tão pouco tempo se espalhar por mais de 50 países, levando a centenas de milhares de famílias a tranquilidade, e principalmente a sobriedade para aqueles que viviam no tormento do alcoolismo. E foi baseado nesta tranquilidade, que posteriormente surgiram os Grupos de AL-ANON e ALATEEN, formados por familiares e amigos de alcoólatras, com um único objetivo: o de ensinar aos familiares como manter a convivência com o alcoólatra, ou o portador da doença do alcoolismo, hoje reconhecida pela Organização Mundial de Saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa e Deputado Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, pela assinatura da licitação para asfaltamento da estrada ligando Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul e Rebouças.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo, a importância incontestável para aquela região, o

asfaltamento da Rodovia Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul e Rebouças, que ligará definitivamente União da Vitória-Irati, com os grandes centros, beneficiando uma região que sempre foi relegada pelos governos anteriores.

São inúmeros e até mesmo incontáveis os grandes e históricos exemplos que o Governo José Richa vem dando ao povo do Paraná.

É possível sentir e viver as transformações de um governo democrático, preocupado e compromissado com as mudanças, que está a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do povo de todo o Estado.

Hoje, toda a população daquela região está em festa, exultante de alegria, pela conquista de uma rodovia asfaltada que, certamente reativará o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, Deputado Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, Prefeitos e Vereadores dos municípios de União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul, Rebouças e Irati.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações à UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus pela eleição e posse de sua nova Diretoria, ocorrida no último final de semana na municipalidade de Toledo, com conseqüente encaminhamento ao jovem Presidente eleito, Vandir Fonseca.

Num momento em que toda a Nação vive as perspectivas de transformações sociais, que foram, ao longo dos últimos vinte e um anos negadas pelos governos ditatoriais, tais modificações só serão implementadas se, sobretudo, a própria sociedade estiver organizada.

Os estudantes, inegavelmente têm também esta responsabilidade. Antes, porém, nunca é demais lembrar que a ruptura com o regime militar pós-64 deveu-se à ação corajosa dos jovens estudantes, que, com determinação e postura política, não se limitaram tão-somente a debater as questões educacionais. Através de suas entidades de representação, sempre entenderam que os problemas do ensino em todos os níveis nada mais eram como conseqüências da política dos governos então vigentes.

A UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, órgão de representação da classe em todo o Estado, neste ano completou 40 anos de existência. Por certo que muitas foram as fases onde a UPES teve papel de destaque, sendo que dos seus movimentos surgiram sempre lideranças atenciosas, profundamente identificadas com as causas gerais do povo brasileiro, vez que as lutas e bandeiras dos jovens sempre foram os anseios dos demais segmentos sociais.

Toledo, no Oeste do Estado, foi palco no último final de semana do XXXVII COESES - Congresso Estadual de Estudantes. Não foi somente mais um encontro, mas, sim, uma grande oportunidade, onde mais uma vez ficou reafirmada a disposição dos estudantes pelo ensino público, gratuito e autônomo; como também sabem que a tão almejada bandeira pela democratização da escola passará pela transformação do País.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, em mais esta ocasião, deixar de apresentar este requerimento de congratulações, primeiramente à gestão "Inde-

pendência", que tinha na condição de Presidente, o jovem Elton Sadi Fülber, que se caracterizou por inúmeras atividades que só engrandeceram o movimento estudantil; e, em segundo lugar, à gestão "Movimento Independente", cuja Diretoria Executiva está assim constituída:

Presidente: Vandir Fonseca (Dois Vizinhos);

Vice-Presidente: Elton Porsch (Toledo);

Secretário Geral: Marlus Geronasso (Curitiba);

Tesoureiro Geral: César Comin (Cascavel).

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata da presente sessão, voto de aplauso e cumprimentos, atribuídos ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Maurício Fruet, como manifestação de seu reconhecimento e solidariedade a tomada de posição do Senhor Prefeito, quando, atendendo antiga aspiração do professorado municipal curitibano, presta-lhe expressiva homenagem no "Dia do Professor", submetendo à apreciação da colenda Câmara Municipal de Curitiba, através seu Presidente, Vereador Horácio Rodrigues, o Anteprojeto do Estatuto do Magistério Municipal, o que, além de representar medida do mais alto alcance social, vem de encontro às diretrizes e metas preconizadas pelo governo, no que concerne à política de salários.

Diremindo distorções salariais até então existentes e dando um sentido mais humano de valorização ao desempenho de cada categoria profissional, o Estatuto prevê, entre as muitas prioridades a serem implantadas: avanço vertical e por merecimento; a incorporação de gratificação de regência de classe, na base de 30 por cento para todos os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, com algumas exceções; a fixação de 20 horas semanais de trabalho além de outros benefícios, que só visam a melhoria da qualidade de ensino e o aprimoramento do quadro funcional municipal.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, pela sanção ao projeto de lei que cancela todas as penas impostas ao ex-Presidente João Goulart.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Projeto de Lei de autoria do Deputado Paulo Mincarone e sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, cancela todas as penas impostas ao ex-Presidente João Goulart, inclusive determina também a devolução das condecorações nacionais, civis e militares, que foram retiradas do ex-Presidente, bem como sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.

João Goulart havia sido eleito Vice-Presidente nas eleições de 1960, e chegou à Presidência com a renúncia de Jânio

No momento de renúncia de Jânio Quadros, o ex-Presidente Goulart, encontrava-se na China, e enfrentou sérias resistências de militares à sua posse como Presidente. A solução veio com a aprovação do Parlamentarismo em 02 de setembro de 1961, após negociações entre militares, Congresso Nacional e o próprio ex-Presidente.

Deposto pelo Movimento Militar de 1964, o ex-Presidente refugiou-se no Uruguai. Falecendo a 06 de dezembro de 1976, em sua fazenda, na província argentina de Corrientes.

Distante da Pátria, longe dos familiares, amigos e correligionários, depois de ter sido Deputado, Ministro do Trabalho, Vice-Presidente e Presidente da República, faleceu no exílio JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART, que a história colocará em seu devido lugar.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, bem como ao Senhor Deputado Paulo Mincarone, solicitando a este para que transmita a todos os colegas do Congresso Nacional, o contentamento do povo paranaense por tão significativa e justa proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Superintendente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Secretário de Estado da Administração, no intuito da realização de reformas gerais na quadra de esportes existente na Escola Estadual Moreira Sales - Ensino de 1.º Grau.

A presente solicitação baseia-se em iniciativa formalizada pela Ilustríssima Senhora Cirene Aparecida Mendes Prehl. Na qualidade de Diretora da Escola Estadual Moreira Sales, ela afirma ser de vital importância a realização de reformas gerais na quadra esportiva uma vez que o seu estado atual é de precariedade.

Neste sentido, visando oferecer maior condição para o desenvolvimento esportivo, no cumprimento da Educação Física como disciplina prevista no currículo, espera-se a adoção de medidas compatíveis com a solicitação ora exposta.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a construção de uma sala no Colégio Professor João Faria da Costa, localizado na municipalidade de Nova Cantu.

A sala que se pretende construir será destinada para depositar materiais esportivos, assim como a utilização dos mesmos em modalidades que assim permitirem.

Trata-se de uma antiga aspiração dos estudantes, e agora mais uma vez lembrada pela Ilustríssima Senhora Florinda Catarina Fontana, em nome também do conjunto do professorado daquele estabelecimento.

Face ao exposto, aguarda-se, por parte dessa Pasta, pronunciamento favorável sobre a questão.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que se proceda a realização de pintura nova nas instalações da Escola Estadual IV Centenário - Ensino de 1.º Grau, localizado no Distrito de mesmo nome, pertencente à municipalidade de Goioerê.

De acordo com ofício encaminhado ao Deputado abaixo assinado, pela Direção Escolar daquele tradicional educandário, é de fundamental importância a realização de nova pintura em suas instalações, tendo em vista o estado que se encontram suas paredes e tetos, contrariando, inclusive, as normas de higiene.

Mas, para tanto, é imprescindível a participação dessa FUNDEPAR e Secretaria da Educação, liberando os recursos financeiros que se fizerem necessários para atender aquela finalidade, conforme salienta a Ilustríssima Senhora Silvia Prandine Moleiro - Diretora.

Pelas razões expostas, espera-se o encaminhamento de medidas que possibilitem a concretização ao assunto em tela.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de materiais esportivos para a municipalidade de Moreira Sales.

A população de Moreira Sales é formada em grande parte por jovens que, em sua maioria, desenvolvem inúmeras atividades esportivas, tendo, inclusive, certas tradições em algumas modalidades.

Mas o centro desportivo daquela progressista cidade vem, por outro lado, ressentindo-se, face a ausência de materiais esportivos capazes de atender os seus atletas.

Deste modo, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Adalberto Pronsati, que é integrante da Câmara Municipal de Vereadores de Moreira Sales, faz-se necessário, num menor espaço de tempo possível, que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte determine a liberação de materiais esportivos. A solicitação do nobre Vereador vem, fora de qualquer dúvida, ao encontro dos verdadeiros interesses da comunidade esportiva.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, consubstanciado em apelo no sentido de interceder junto às empresas de transportes coletivos que atendem o município de Piraquara, a fim de que sejam fiscalizados os serviços de transportes coletivos

daquele Município, referente à regularização dos horários e maior número de ônibus, visando dar assim, um melhor atendimento àquela população.

Tal apelo se faz em razão dos constantes reclamos dos usuários ali residentes, ventilado através da imprensa de nossa Capital, por denúncias apresentadas pelo Vereador Pedro Ribeiro, da Câmara Municipal de Piraquara.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando sejam determinadas providências, junto à Secretaria de Estado da Educação, com vistas à criação e implantação de Cursos de 2.º Grau no distrito de Água Boa, município de Paicandu, para funcionarem já a partir do próximo ano letivo.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Água Boa, pertencente ao município de Paicandu, tem experimentado um progresso constante nos últimos anos.

Apesar disso, suas crianças e jovens não contam com maiores perspectivas, uma vez que a localidade só dispõe do Ensino de 1.º Grau. Daí, a preocupação de grande número de pais que se vêem no dilema de terem os filhos prematuramente afastados dos bancos escolares ou, então, quando podem, enviá-los para fora, a fim de continuarem os estudos.

Em razão disso, há muito a população de Água Boa reivindica a criação dos Cursos de 2.º Grau na localidade, o que viria contribuir sensivelmente para desenvolver ainda mais o distrito e para segurar e fixar ali sua juventude.

Atenta a esse problema, a Vereadora Manoelina Maria de Oliveira, que também é educadora, em expediente que nos endereça, reitera o apelo dos pais de alunos, anexando relação com nada menos de 179 (cento e setenta e nove) nomes de jovens que já concluíram o 1.º Grau e que desejam continuar seus estudos.

Percebe-se, pois, claramente que a reivindicação é justa e oportuna, razão pela qual se espera não só a acolhida desta Casa como, e principalmente, o pronto atendimento da Secretaria da Educação, de forma a que se possa proporcionar à juventude de Água Boa, já no ano de 1986, condições de matrícula no 2.º Grau.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro Pedro Simon, da Agricultura, solicitando a implantação do Programa de Alimentação Popular - P.A.P. no município de Cianorte, tendo em vista a visita do Ministro a esta Capital, no próximo dia 24.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de expediente ao Presidente José Sarney, aos Ministros Marco Maciel, da Educação e General de Exército Leônidas

Pires Gonçalves, do Exército e ao Governador José Richa, solicitando a manutenção do Colégio Militar de Curitiba.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência às autoridades acima nominadas, encarecendo pronta atuação no sentido de manter em funcionamento o Colégio Militar de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A anunciada disposição do Ministro do Exército em promover a desativação do estabelecimento de ensino, além de não encontrar justificativas do ponto de vista técnico, contraria as diretrizes básicas da Nova República, conferindo prioridade maior à educação. Em seus 26 anos de atividade o Colégio Militar de Curitiba tem se constituído num dos mais eficazes instrumentos de integração e entrosamento entre a sociedade militar e civil. Sua manutenção reveste-se de elevado alcance sócio-educacional para toda a comunidade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência à Agência do Paraná da Companhia de Financiamento da Produção - CFP, solicitando que esta entidade destine, em seus leilões, quotas de milho exclusivamente para suinocultores, avicultores e pecuaristas de leite, sendo permitido acesso a esses leilões apenas aos produtores, diretamente ou através das suas entidades de classe.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Causa preocupação os constantes aumentos do preço do milho que vêm ocorrendo nas últimas semanas, colocando mais uma vez em risco a atividade ligada à suinocultura, avicultura e pecuária de leite.

Por outro lado, é estranhável esses aumentos sucessivos, eis que a safra de milho é abundante, não ocorrendo falta do produto, que justifique a correção quase semanal do preço. Isso faz deduzir que existe forte especulação por parte de intermediários, estocando o produto em grande quantidade e com isso manipulando o mercado, visando a alta do preço em benefício próprio e em detrimento do consumidor, que irá pagar mais caro pela carne suína, frango e leite.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 264/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Funcionários do DETRAN do Paraná", com sede e foro no município de Curitiba.
- Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem se destacando junto à comunidade de nosso Estado

e em particular no município de Curitiba.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 265/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iretama, com sede no município de Iretama e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a feliz iniciativa do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iretama, Senhor João Batista Moreira, bem como o apoio recebido do Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal, resolvemos apresentar este plano de lei, o qual objetiva a concessão e o reconhecimento de utilidade pública para uma sociedade que vem há longos anos labutando em torno das causas sociais.

De destacada atuação no seio da comunidade iretamense, onde além da necessária assistência técnica rural, desenvolve intensa atividade de cunho social, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iretama tem recebido da comunidade mais afortunada as colaborações indispensáveis à consecução do trabalho a que se propôs.

Porém, essa colaboração, de cunho apenas eventual, não vem preenchendo todas as necessidades de que a entidade carece para prosseguir nas atividades que lhe são inerentes; e uma entidade do porte deste Sindicato, não poderá interromper a assistência social que vem prestando na comunidade.

Estando presentes todos os requisitos da Lei n. 6994/78, venho por intermédio despertar a sensibilidade dos nobres Pares para o problema orçamentário que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iretama vem atravessando, solicitando, portanto, o indispensável apoio para que esta entidade venha a ser declarada de utilidade pública, resolvendo-se por uma vez o problema.

PROJETO DE LEI N. 266/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Sancarlense de Proteção ao Excepcional - "ASPE", com sede e foro no município de São Carlos do Ivaí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha o presente plano de lei atende a todos os requisitos da Lei 6994, de 10 de janeiro de

1978, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Razão pela qual peço aos nobres Pares o devido apoio para a proposição apresentada, como também sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 267/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a entidade "Centro Espírita Paz, Amor e Caridade", de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, dentro de suas finalidades estatutárias presta à coletividade Telêmaco Borbense, serviços assistenciais, culturais e ensinamentos doutrinários, fazendo-os desinteressadamente, e a documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das exigências legais previstas na legislação vigente em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, esperando contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 268/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cafezal", com sede e foro em Iporã, Pr.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que estamos propondo seja declarada de utilidade pública, nasceu em setembro de 1983 e pugna pelo desenvolvimento comunitário, a melhoria do convívio entre os habitantes, proporcionando atividades econômicas, culturais e desportivas ou promovendo atividades assistenciais, instituída como associação comunitária dos moradores do distrito de Cafezal, no município de Iporã.

Conforme poderá ser constatado pelo exame da documentação em anexo, a matéria obedece aos preceitos estabelecidos pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza os processos legais de declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N. 269/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica criado o município de CAFEZAL, tendo como área os distritos de Cafezal, Guaiçorã e Jangada, pertencentes ao município de Iporã e o distrito de Cedro, pertencente ao município de Umuarama.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que estamos apresentando visa atender a requerimento encaminhado para esta Casa de Leis, por munícipes residentes e domiciliados nos distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao município de Iporã e o distrito de Cedro, pertencente ao município de Umuarama, em que solicitam a criação do município de CAFEZAL.

O referido documento, que anexamos à matéria, possui farta e esclarecedora exposição de motivos, justificando a medida que, estamos convencidos, contribuirá para o crescimento, desenvolvimento e consolidação política e econômica de toda aquela pujante região de nosso Estado.

PROJETO DE LEI N. 270/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Pastoral de Bairros Responsável pelas Vilas Messias e Antônio, esta ligada à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Marialva, Estado do Paraná.

Art. 2.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI N. 271/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Independentemente das majorações gerais de vencimentos dos servidores públicos do Estado, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder antecipação desses reajustes, mediante Decreto, toda vez que o I.N.P.D. (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), atingir ou superar o percentual de 30% (trinta por cento), até o limite da variação verificada no período, desde que haja disponibilidade orçamentária.

§ 1.º - A antecipação prevista neste artigo será concedida a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que se constatar que a variação do I.N.P.C. igualou ou superou o percentual de 30% (trinta por cento) no período.

§ 2.º - Para efeito de cálculo, cada período terá início no primeiro dia do mês em que ocorrer a antecipação ou reajuste de vencimentos, devendo-se computar os resíduos dos percentuais deixados de aplicar no período anterior, quando for o caso.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder antecipações aos reajustes normais de vencimentos dos servidores públicos do Estado, de uma forma racional, ou seja, sempre que o percentual acumulado do I.N.P.C. atingir ou superar a casa de 30% (trinta por cento).

Esta tese é defendida por diversos economistas, entre os quais se inclui Maria Conceição Tavares, de renome internacional.

Dispositivos similares já foram inseridos em nossa legislação, nesta mesma Casa, em época não muito distante, quando se permitiu que o Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, procedesse a antecipações da majoração normal de vencimentos dos servidores públicos, a qual era concedida anualmente.

Cremos que com a aprovação deste projeto de lei, estaremos dando importante passo para a conciliação de interesses dos servidores e da administração, até que o processo inflacionário seja contido.

PROJETO DE LEI N. 272/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O limite máximo de velocidade nas rodovias estaduais passa a ser de cem (100) quilômetros por hora.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A adoção, em todo o País, do limite máximo de velocidade fixado em 80 km/hora foi, inegavelmente, fruto de uma legislação que desde seu início esteve condenada a ser descumprida.

Em todas as estradas brasileiras com pavimentação asfáltica, o que se verifica é o tráfego de veículos, inclusive oficiais, em velocidades superiores à permitida, notando-se que aqueles que insistem em trafegar dentro do limite legal acabam correndo o risco de serem abalroados por caminhões que em "banguela" e carregados trafegam em alta velocidade, impunes, pelas estradas brasileiras.

Por outro lado, se a fixação do limite de velocidade deveu-se a motivos econômicos, é difícil se conceber a coerência dos órgãos governamentais que se fixam limites de velocidade em 80km/h, autorizam a criação de automóveis cada vez mais potentes, como se pode verificar das propagandas das próprias fábricas.

Nestas condições, o presente projeto de lei, nos moldes de legislação existente em outros estados, procura adequar as rodovias paranaenses à realidade nacional e por este motivo o julgamos de grande oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Anibal Khury, inscrito.

O SR. ANIBAL KHURY — Senhor Presidente. Senhores Deputados. (Lê):

"Os autores de estudos comparativos sobre as orientações educacionais prevaletentes no mundo sustentam que a educação tem duas tarefas, dois objetivos nitidamente determinados, que se não opõem um ao outro, ao contrário, se combinam, se completam, mas que vivem por si, separadamente também. Um objetivo consiste em prolongar no tempo determinada cultura, determinada concepção de civilização, um conjunto de noções, de tradições, um sistema de idéias, de princípios morais, de preconceitos até, se quisermos, mas em todo caso de conceitos sobre a vida, sobre o mundo, sobre o destino do homem no mundo e na vida.

A outra tarefa é um verdadeiro trampolim sobre esta base da tradição, pois a segunda missão da educação consiste em ir

além da tradição recebida, em inovar, em projetar para o vindouro aquilo que apenas se anuncia na realidade do tempo sobre o qual atua a educação.

Julgo necessárias essas considerações preliminares para que possamos aprofundar a discussão em torno do iminente fechamento do Colégio Militar de Curitiba, medida que está sendo considerada como absurda por todos os segmentos da sociedade paranaense, a quem coube o grande sacrifício de destinar recursos em espécie, em imóveis e em instalações para que esse estabelecimento de ensino viesse a funcionar em Curitiba. Isso tudo ocorreu. Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, em detrimento da assistência social que o Estado prestava à infância desvalida do Paraná, pois o Colégio Militar de Curitiba foi instalado no local onde funcionava a "Cidade dos Meninos", desativada por meros caprichos político-administrativos.

Em discurso durante almoço anual oferecido pelas Forças Armadas ao seu comandante supremo, o Presidente Figueiredo disse, em 17 de dezembro de 1980, que "cada pessoa investida de liderança - política ou social, civil militar ou religiosa - há de ter a solidariedade como dever primeiro. Não falo de unanimidades incompatíveis com sociedades livres e pluralistas, mas de colaborações conscientes, por cima das divergências naturais".

Impelido por essas palavras, desejo manifestar minha integral solidariedade ao vibrante artigo de autoria da Excelentíssima Senhora Dona Flora Munhoz da Rocha, viúva do saudoso estadista brasileiro Bento Munhoz da Rocha Netto, publicado na edição de 14 de outubro deste ano, no respeitável matutino paranaense "Gazeta do Povo", e no qual são historiados, com a riqueza de minúcias de que se revestem os artigos de Dona Flora, o fechamento da "Cidade dos Meninos" e a instalação do Colégio Militar de Curitiba.

E para que as gerações vindouras possam formular o seu juízo e julgamento sobre os fatos que estamos presenciando, é que estou encaminhando requerimento ao Plenário, no sentido de que seja inscrito nos Anais desta Assembléia esse criterioso artigo de Dona Flora Munhoz da Rocha. Igualmente, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, estou procedendo com relação à Veterana Verba, de 18 de outubro corrente, de autoria do consagrado mestre paranaense, professor David Carneiro, sob o título de "A Absurda Extinção dos Colégios Militares", publicada também na "Gazeta do Povo", na qual, o ilustre professor, que é integrante do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, considera a excelente qualidade do ensino ministrado nos colégios militares e acentua que, "se existem razões para eliminar os colégios militares, havemos de convir que jogar pelos ares uma experiência profícua de alguns decênios é, ou parece ser, loucura".

Ao manifestar-me contrário ao fechamento do Colégio Militar de Curitiba, desejo apelar ao Governo Estadual, já que a decisão das autoridades militares parece irreversível, no sentido de que se faça cumprir rigorosamente o disposto do Art. 2º da Lei n. 3888, de 09 de janeiro de 1959, que autorizou o Poder Executivo a doar à União - Ministério da Guerra, os terrenos e benfeitorias que especifica, destinados à construção e instalações do Colégio Militar de Curitiba e dando outras providências. De acordo com esse artigo, os terrenos e benfeitorias, objeto dessa autorização, foram destinados exclusivamente à construção e instalações do Colégio Militar de Curitiba, revertendo ao patrimônio do Estado na hipótese - como tudo está a indicar que irá ocorrer -, de ser dado destino diverso do previsto na Lei n. 3888. Cabe ainda recordar, que, em 1958, pela Lei n. 3663, de 28 de maio daquele ano,

o povo paranaense doou 30 milhões de cruzeiros para desapropriações de terrenos, construção de instalações e realização de adaptações da então sede provisória do Colégio Militar de Curitiba.

Sugiro ao Governador José Richa - que durante a sua gestão tem-se mostrado um grande administrador preocupado com os problemas da juventude desamparada - que ali restaure a "Cidade dos Meninos", pois, ao ser devolvido o seu a seu dono oferece-se a oportunidade para que ponhamos em prática um reclamado projeto de amparo às crianças de nosso Estado, em dimensões bem mais amplas do que já está sendo bem feito pelo atual Governo paranaense, porque assim agindo, estaremos correspondendo aos anseios e aspirações de nossa sociedade, de construção de um futuro mais feliz para as crianças entregues à proteção do Estado."

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Eu vejo com satisfação Vossa Excelência engajado na luta contra o fechamento do Colégio Militar de Curitiba. E vejo com satisfação porque Vossa Excelência é notoriamente um homem poderoso na política paranaense: Vossa Excelência é o líder de fato nesta Casa do Governo e do PMDB: Vossa Excelência enfeixa nas mãos poderes que talvez nenhum outro Deputado tenha tido nos últimos 10 anos nesta Casa.

E este engajamento de Vossa Excelência é muito importante porque eu já me ocupei deste assunto na tribuna desta Casa encaminhando requerimento ao Ministro do Exército, ao Presidente da República, ao Comando da 5ª Região Militar, ao Comando do 3º Exército; solicitei aos Senhores Representantes da imprensa nesta Casa porque nós sabemos que a imprensa é a mola mestra das atividades do Parlamentar.

O trabalho da imprensa nesta Casa deve ser um trabalho de uma rua de mão dupla: é de receber as informações mas também levá-las ao povo. Mas nós viemos sofrendo ultimamente por parte de alguns jornais da Capital, principalmente um dos mais importantes do Estado, acho um boicote branco, e até hoje não pude atinar as razões; não publicou uma só linha de um trabalho importante que fizemos, não visando promoção pessoal mas visando exatamente levantar a consciência pública do Paraná, levantar a consciência dos Senhores Deputados nesta Casa para uma luta que devemos travar irmanados porque não se admite, no advento da chamada Nova República, o fechamento de um estabelecimento de ensino.

Por maiores que seja as dificuldades enfrentadas por um estabelecimento de ensino, ele jamais deve ser fechado. ele deve ser aprimorado, porque é um desserviço que se presta à democracia, incipiente ainda neste País, o fechamento de um estabelecimento de ensino, além do que ela tenta contra os foros de estado civilizado, de cidade universitária, que é o Paraná, que é Curitiba. E além disso eu acho até lesivo à cultura paranaense este ato do fechamento do Colégio Militar.

Nós não podemos atinar as razões, por mais justificadas que elas o sejam. Nós não podemos aceitar essa medida unilateral do Senhor Ministro do Exército.

Vejo com satisfação Vossa Excelência engajado nesta luta porque agora sim eu tenho certeza que os jornais amanhã vão dar destaque ao pronunciamento de Vossa Excelência, nós vamos sentir que esta Casa irá tomar um posicionamento em favor do não fechamento do Colégio Militar do Paraná.

Agradeço e lamento ter interrompido o brilhante discurso de Vossa Excelência.

O SR. ANIBAL KHURY - Agradeço o aparte do nobre Depu-

tado Erondy Silvério, as suas palavras, a sua solidariedade. Entretanto, não posso acreditar que haja por parte da imprensa qualquer boicote à palavra de Vossa Excelência. Vossa Excelência é um dos mais legítimos representantes desta Casa e nós nos orgulhamos da sua presença neste plenário.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

(Assentimento)

Quero, neste instante, parabenizar Vossa Excelência. Vossa Excelência tem tomado sérias atitudes neste Parlamento, todas elas merecedoras de aplauso e de reconhecimento do povo paranaense.

Mas o discurso que Vossa Excelência traz nesta tarde, neste Poder Legislativo, quero também solidarizar com Vossa Excelência. dizer a Vossa Excelência que já encaminhamos um ofício ao Ministro do Exército pedindo a compreensão para que realmente este fato não aconteça em nossa Capital.

Gostaríamos de dizer a Vossa Excelência, ilustre Deputado e Primeiro Secretário, que temos que nos engajar realmente nesta luta, porque vejo que isto não deixa de quebrar uma grande tradição da nossa Capital e vem oferecer melhores opções a um colégio de nossa Capital.

Muito obrigado pelo aparte que me concede.

O SR. ANIBAL KHURY — Muito obrigado pela sua solidariedade, Deputado Manfrinato. Acredito que todos os componentes desta Casa estão vivamente interessados neste problema da extinção do Colégio Militar. Creio que esta Casa vai ter um papel preponderante no futuro, quando se for discutir qual o destino que será dado ao patrimônio do atual Colégio Militar, que deverá reverter ao patrimônio estadual.

Neste sentido, Senhor Presidente, estou apresentando o seguinte requerimento:

“O Deputado infra-assinado, Anibal Khury, REQUER, nos termos do Regimento Interno, que, após ouvido o Plenário, sejam transcritos nos Anais da Assembléia Legislativa, os artigos intitulados “Fechamento do Colégio Militar”, de autoria de Dona Flora Munhoz da Rocha, publicado na edição da “Gazeta do Povo”, de 14.10.85, e Veterana Verba — “A Absurda Extinção dos Colégios Militares”, de autoria do professor David Carneiro, publicado na edição da “Gazeta do Povo”, de 18.10.85, dando-se conhecimento aos autores desta decisão do Legislativo Paranaense.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1985.

(a) Deputado ANIBAL KHURY

JUSTIFICAÇÃO:

A resolução das autoridades da área de fechar o Colégio Militar de Curitiba está provocando manifestações de todos os setores da vida paranaense, pelas repercussões que essa medida causará junto às famílias do nosso Estado, junto à juventude e aos círculos educacionais. A existência desse Colégio decorreu de iniciativa do Poder Executivo paranaense, aprovada por esta Assembléia Legislativa e que se transformou nas Leis n. 3663/58, 3888/59 e 4841/64. Os artigos cuja transcrição é requerida, constituem importantes fontes de informações, análise e interpretações históricas sobre a criação, instalação e funcionamento desse estabelecimento de ensino, e sua transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa Paranaense constituirá importante subsídio às gerações futuras para conhecimento histórico e fonte de pesquisa. Os autores, Flora Munhoz da Rocha e David Carneiro, com esse trabalho, deram uma importante contribuição à história da educação e do ensino no Paraná, tornando-se, dessa forma, credores do reconhecimento e da gratidão dos Deputados estaduais paranaenses.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — No horário reservado às Lideranças, consulto a Liderança do PMDB se deseja utilizar-se do seu horário.

O SR. CAITO QUINTANA — O Deputado Sabino Campos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Com a palavra o Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor Presidente. Senhores Deputados.

(Lê):

“É de conhecimento comum que a agricultura desempenha um peso decisivo no desenvolvimento nacional. Na verdade, ela se coloca hoje, como sempre, num verdadeiro sustento para as outras atividades produtivas. Podemos até mesmo afirmar que sem um desenvolvimento agrícola firme e duradouro, dificilmente teremos condições de promover em nosso país um desenvolvimento industrial estável.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tradicionalmente os governos vêm relegando o meio rural a um plano secundário, provocando inúmeras dificuldades para as atividades agrícolas.

Daí, naturalmente, ocorre o descontentamento dos produtores que vai se canalizando para dois problemas básicos: ainda não completamente equacionados e solucionados, mas que tem sido motivos de muita análise e muita luta, inclusive nesta Casa de Leis: os preços mínimos e os créditos de financiamentos. Atualmente, estes são considerados os aspectos cruciais para o incentivo e o desenvolvimento da agricultura.

Entretanto, Senhores Deputados, embutido nestes dois problemas, encontra-se um outro, com características próprias e que deve merecer de nossa parte uma análise mais detalhada e específica: é o custo de produção, representado principalmente pelo preço de aquisição e manutenção dos maquinários, fertilizantes, agrotóxicos e sementes.

Justamente aí, Senhores Deputados, encontra-se a chave da lucratividade dos produtores rurais, pois adianta muito pouco existir recursos subsidiados e preços mínimos aparentemente compensadores se os custos da produção forem exorbitantes. E este é justamente um dos motivos que levou e está levando milhares de produtores à falência ou simplesmente ao abandono do trabalho na terra.

Por isso é fundamental que comecemos a nos deter e a levantar este problema, pois numa economia inflacionada como a nossa, esta questão acaba se tornando o elo fraco da cadeia produtiva do meio rural.

É fácil constatar a gravidade do problema, Senhores Deputado. Basta apenas um pequeno estudo da evolução dos custos dos insumos e máquinas agrícolas nos últimos 3 anos.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura, o aumento médio dos preços das máquinas e implementos agrícolas, entre março e novembro de 1984, sempre esteve acima da inflação, chegando a atingir um diferencial de 85 por cento nos meses de setembro e outubro. Neste mesmo período a variação percentual do índice agregado dos preços recebidos pelos agricultores, índice que mede a remuneração média do produtor paranaense, esteve abaixo da variação média relativa dos preços das máquinas e implementos agrícolas, e abaixo da média inflacionária.

Num novo comparativo, desta vez abrangendo o período de julho de 1984 a junho de 1985, a situação volta a se repetir. Os tratores, automotrizas, grades, arados, plantadeiras, pulverizadores, óleo diesel, motores estacionários, animais para tra-

ção e outros implementos, novamente apresentaram médias mensais de reajustes acima dos índices inflacionários.

Quanto aos fertilizantes aconteceu o mesmo fenômeno, ou seja, apresentaram reajustes superiores à inflação. A única exceção ficou por conta dos meses de abril, maio e junho de 1985, quando os reajustes dos fertilizantes ficaram aquém da inflação. Entretanto, este trimestre foi atípico, pois logo em seguida, em julho, o Conselho Interministerial de Preços autorizou um aumento médio para os fertilizantes de 30 por cento, o que colocou o preço do adubo 15 por cento acima da inflação oficial do mês de julho, que foi de 217 por cento.

Os preços dos agrotóxicos, entre março de 1984 e janeiro de 1985, tiveram também reajustes anuais médios acima da inflação. Este comportamento foi observado nos reajustes dos preços de cada classe. Os fungicidas foram os que tiveram menores reajustes, mas mesmo assim acima dos índices inflacionários do período.

Quanto às sementes, levando-se em consideração a média dos preços das sementes das 14 culturas mais expressivas do Estado, nota-se também que tiveram variações superiores aos índices inflacionários na safra 85/85. A variação média anual dos preços das sementes destas culturas foi de 406 por cento em junho de 1984 até 297 por cento em outubro do mesmo ano, considerando os meses de maior comercialização. Nestes mesmos meses a inflação anual esteve em torno de 220 por cento e o índice de preços recebidos pelos agricultores do Paraná teve variação anual de 275 por cento em junho, decrescendo para 133 por cento em outubro.

Poderíamos até pensar, Senhores Deputados, que este problema seria meramente conjuntural, restrito ao período em que nos detivemos na análise.

Todavia, este fato vem se repetindo há muito tempo. Segundo dados da OCEPAR, resumidos numa tabela comparativa que varia dos anos de 1978 a 1983, com base numa cultura que neste período apresentou boa lucratividade, o soja, o número de sacas do produto necessário para a aquisição de um fator de produção sempre foi decrescente.

Vejamos.

Um trator, tipo MF 275, que custava em 1979 960 sacas de soja, em 1983 passou a custar 1.696 sacas. Um acréscimo de 77 por cento. Uma colheitadeira SLC 2.200 em 1979 estava ao preço equivalente a 2.940 sacas. Em 1983 saltou para 4.559, 55 por cento de aumento. Uma semeadeira/adubadeira de 15 linhas custava, em 1978, 159 sacas. Em 1983 saltou para 242. Um aumento de 52 por cento. Cem litros de óleo diesel custava 1,54. Passou para 3,94. Aumento de 156 por cento. Mil quilos de Sulfato de Amônia que custava 13 sacas foi para 18,86. Reajuste de 45 por cento. E assim se segue, como uma constante, para quase todos os insumos e maquinários. Se em relação ao soja este quadro é preocupante, imaginem então, Senhores Deputados, a situação na produção de outros alimentos que apresentaram lucratividade menor.

Estes fatos, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, vêm comprovar, sem qualquer dúvida, um fato sentido cotidianamente pelo agricultor: a existência de uma relação de troca francamente desfavorável para os produtores no tocante ao uso de sementes, adubos, máquinas e agrotóxicos, e que resulta num desestímulo muito grande à atividade agrícola.

Na realidade, os produtores rurais vêm sofrendo há anos um rápido e crescente processo de descapitalização, resultante em grande parte do enorme crescimento dos custos dos fatores de produção.

Este quadro, Senhor Presidente e Senhores Deputados,

precisa de uma rápida reversão, sob pena do Brasil estagnar sua produção agrícola, aumentar o número de vendas de terras, que no Paraná em 1984 atingiu o alarmante número de 44.203 propriedades, prejudicando o nosso Estado que respondeu com 17,45 por cento das exportações de produtos básicos brasileiros, e a própria Nação, que precisa de produções ainda maiores de alimentos, tanto para o equilíbrio de sua balança comercial, quanto para a alimentação do povo.

Nesse sentido, algumas medidas podem e devem ser tomadas. E as sugerimos tanto ao Governo Federal quanto ao Governo Estadual.

A primeira delas, e a mais importante, é um controle rígido por parte do Governo Federal dos custos dos insumos e maquinários. É inadmissível que o CIP controle com tanto rigor alguns produtos industrializados, como os automóveis, e seja tão liberal no controle dos preços das máquinas e implementos, das sementes, dos adubos e dos agrotóxicos.

Outra medida que poderia ser adotada, contribuindo sobremaneira para aliviar a carga financeira sobre os agricultores, seria a isenção de ICM para os implementos de tração animal e manual, justamente os que são utilizados pelos pequenos produtores. Paradoxalmente, foram os que apresentaram as maiores médias de reajustes nos últimos dois anos, atingindo 295 por cento, superior em mais de 75 por cento à média da inflação.

Senhores Deputados! Estas medidas são justas e viáveis. Mas para concretizá-las é preciso que todos os que estão vinculados direta ou indiretamente ao meio rural, se unam com a finalidade de sensibilizar nossos governos para esta causa, mostrando que é a única forma de conseguir melhores relações de troca para os produtores agrícolas."

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Consulto a Liderança do PDS se deseja utilizar o seu horário.

(Pausa) (Ausente)

Consulto a Liderança do PFL (Pausa) — (Declina).

Consulto a Liderança do PDT (Pausa) — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar do dia 22 do corrente mês, para oferecimento de emendas, à Proposição n. 157/85, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 191/85.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante de expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 212/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar, alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, destinados a cobrir despesas. **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) — Qual é o teor do Projeto de Lei n. 212/85?

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa lerá para esclarecimento.

(Lê o Projeto)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na votação do Projeto de Lei n. 212/85, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 212/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 156/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha — FSCMR, destinados a cobrir despesas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. 90, de 10.09.85. - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N. 212/85

O presente plano de lei é oriundo de Mensagem Governamental n. 156/85, e visa autorizar o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha — FSCMR, destinados a cobrir despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Materiais de Consumo, Equipamentos e Materiais Permanentes e Transferências a Municípios.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, temos que o Plano de Lei em questão está de acordo com os ditames constitucionais, não havendo óbices à sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos pela aprovação da matéria, dando parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 212/85

O presente projeto de lei, originário de Mensagem Governamental, tem por finalidade abrir Crédito Suplementar que especifica, visando alterar o Orçamento da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente à proposição, quanto ao seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade constante da justificativa que acompanha a Mensagem.

Nestas condições e considerando que o presente plano de lei encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente e Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 91/85, que regula a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 103/85, que denomina "ESCOLA ESTADUAL TREOFÂNIO AGAPITO MALTEZZO", o estabelecimento de ensino de 1.^o Grau da cidade de Cafelândia, conforme especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 105/85, que denomina de "JOÃO TAVARES DA SILVA", a estrada que liga Warta—Bela Vista do Paraíso—Primeiro de Maio (PR 445), conforme especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 106/85, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA — AFSEAG/PR", com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 107/85, que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel constituído pela Data n. 11, Quadra 11, Zona 02, com área de 523,80m², localizado na cidade de Umuarama, à Prefeitura Municipal de Umuarama, conforme especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 108/85, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras de propriedade do Estado, localizado na cidade de Andirá, conforme especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n. 113/85, que denomina de “DEPUTADO LÚCIO MACHADO”, a Rodovia PR 424, que liga o Município de Itararé ao Município de Si-queira Campos. – **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n. 116/85, que autoriza o Poder Executivo doar área de terra de propriedade do Estado ao Município de PIEN, conforme especifica. – **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n. 77/85 (Mensagem n. 106/85), que aprova Convênios de Cooperação Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, com as partes, datas e objetivos que especifica. – **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n. 78/85 (Mensagem n. 99/95), que aprova Convênios ns. 02/84 e 01/85, celebrados, respectivamente, em 12/12/84 e 08/02/85, entre o Governo do Estado do Paraná e a PETROBRÁS Distribuidora S/A, objetivando fornecimento de produtos asfálticos para aplicação, pelo DER, em obras de pavimentação do sistema viário do Estado. – **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n. 79/85, (Mensagem n. 113/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeiro n. 247/84, celebrados em 16/08/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de SANTANA DO ITARARÉ, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PRO-SAFRAS. – **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n. 80/85 (Mensagem n. 97/85), que aprova Convênio n. 04/85, celebrado em 05/02/85, entre o Estado do Paraná, através do DER e o Município de CURITIBA, através da URBS, objetivando execução, pela URBS, de Serviços de revestimentos com pedra irregular, no referido Município. – **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT – (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu questionaria à Mesa sobre a convocação do Secretário da Indústria e Comércio e da Administração, nos termos do que dispõe o Artigo 92 do Regimento Interno, convocação do primeiro aprovada por este Plenário e do segundo pela C.C.J. e conforme o § 2.º deste Artigo, cabe à Mesa, através do seu Secretário, convocá-los, marcando dia e hora.

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) Tão logo seja votada a Ordem do Dia, a Mesa dará a informação a Vossa Excelência.

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a organização dos Municípios e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emendas da Comissão Especial, por unanimidade. Com Emenda de Plenário. Em Regime de Urgência.

Em votação a Emenda n. 01. da Comissão Especial
Aprovada.

Em votação a Emenda n. 02, da Comissão Especial
Aprovada.

Em votação a Emenda n. 03, da Comissão Especial
Aprovada.

Em votação a Emenda n. 04, da Comissão Especial
Aprovada.

Em votação a Emenda de Plenário, aprovada em 2.ª
Discussão **Aprovada**

Em votação o Projeto. – **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que regula a contratação de operações e arrendamento mercantil (Leasing), pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., pela maioria. Com Emenda Substitutiva de Plenário. Em Regime de Urgência.

Em votação a Emenda Substitutiva. **Aprovada.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 241/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EPILEPTICOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e ira proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

16 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr Deputado rejeita.

Não há “quorum” para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 236/84.

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 241/84, 41 182/85.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 25, 42, 79, 131 e 152/85, e dos Projetos de Resolução ns. 82 a 94/85.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 115, 136, 175, 183/85, 110/84, 158/84, 180/84, 293/84, 18/85, 63/85, 111, 118, 119, 121, 122 e 129/85.

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 212/85 e 307/85.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 08/83, 102, 130, 149, 155, 156, 162, 163 e 178/85, e do Projeto de Lei Complementar n. 179/85, e dos Projetos de Lei ns. 296/84, 319/84, 19/85, 43/85 e 211/85.

Levanta-se a Sessão.